SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA – IEMCI

EDITAL Nº 109/2018, DE 18 DE MAIO DE 2018

Estágios de Docência – Ciências Humanas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA

25 de setembro de 2018

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **20** questões objetivas, constante nos itens previstos no Anexo II do Edital nº 109/2018 - UFPA. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.

2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.

3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**

4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.

5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**

6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.

7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.

8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.

9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.

10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 20.

1 Ensinar Geografia é analisar historicamente a produção do Espaço Geográfico. Assim, há que se entender a Geografia como uma ciência que, ao tratar o espaço geográfico, concebe-o como uma produção social a partir da inter-relação entre natureza e sociedade. Portanto, ao se ensinar Geografia para crianças, jovens e adultos, deve-se

(A) considerar os alunos como receptores de conhecimentos e verdades absolutas, pois suas experiências de vida e a forma como se relacionam com a natureza são irrelevantes no processo de produção e transformação do território.
(B) valorizar a transmissão de conteúdos, haja vista que a memorização deles é suficiente para que os alunos compreendam o cotidiano, a relação entre os sujeitos e destes com a forma como a paisagem se apresenta.
(C) abordar a natureza considerando sua dinamicidade, a fim de que os alunos possam compreender que ela tem uma dinâmica própria, independente da organização da sociedade, que pouco interfere em seu funcionamento.
(D) enfatizar o conceito de lugar, entendido como o espaço próximo, da existência e coexistência, da construção das relações humanas, sejam elas objetivas e materiais, culturais e simbólicas, a fim de desenvolver a consciência espacial dos alunos.
(E) desenvolver habilidades cognitivas que permitam aos alunos compreenderem o espaço geográfico como um conjunto harmonioso de sistemas de objetos e sistemas de ações, que isoladamente vão produzindo e transformando o espaço de vivência deles.

2 De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, "[...] no ensino, professores e alunos deverão procurar entender que ambas – sociedade e natureza – constituem a base material ou física sobre a qual o espaço geográfico é construído".

(BRASIL, 1997 *apud* CASTROGIOVANNI, A. C (Org.), **Ensino de Geografia:** caminhos e encantos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011).

Com base neste princípio, é correto afirmar acerca do estudo da Natureza no ensino de Geografia:

(A) A concepção de natureza deve centrar-se somente nos elementos biofísicos de uma paisagem, pois esta é a base material onde a produção espacial se desenvolve através de seus arranjos econômicos e sociais.
(B) O enfoque da abordagem geográfica deve explicitar o domínio das forças naturais sobre as forças sociais ou históricas, inclusive no ritmo da natureza, a partir da história humana.
(C) O tratamento ecológico elimina a imposição dos limites que os homens estabelecem a si mesmos na busca de suas realizações sociais, com vistas à preservação da natureza, gerando um equilíbrio na relação homem-natureza.
(D) A Geografia ignora a compreensão da dinâmica da própria natureza, pois o que importa é conhecer a natureza nas suas derivações, decorrentes da atividade de homens e mulheres no contexto do processo produtivo.
(E) Os estudos da natureza sofreram mudanças na abordagem geográfica, passando da concepção de externalidade, elementos naturais sem incluir o homem, à ideia de segunda natureza (transformada), até à noção de natureza reproduzida socialmente.

3 "Os mapas e gráficos estão presentes na maioria dos livros didáticos para o ensino de Geografia, o que confirma a Cartografia como um dos principais meios para a aprendizagem da Geografia. Por ser o mapa um dos instrumentos básicos para o trabalho dos geógrafos, a sua leitura se constitui em desafio permanente para a educação geográfica."

(OLIVEIRA, A. R. Construir uma didática da Geografia e Cartografia: entre linguagem cartográfica, cultura, saberes e práticas docentes. IN: CALLAI, H. C. (Org.) **Educação Geográfica:** reflexão e prática. Ijuí: Ed. Ijuí, 2011).

Acerca do desafio acima mencionado, é correto afirmar:

(A) A cartografia ao longo do tempo produziu uma linguagem sofisticada, que requer uma verdadeira iniciação por parte do usuário do mapa, por isso só é possível ensinar cartografia para jovens e adultos, já que as crianças não possuem domínio dessa linguagem.

(B) As dificuldades da leitura de mapas se dá, principalmente, devido ao fato de a compreensão da linguagem cartográfica exigir um ensino e aprendizagem adequados durante a fase de escolarização, o que torna impossível essa aprendizagem aos jovens e adultos, uma vez que não frequentam o ensino regular e ficam muito tempo afastados da escola.

(C) O ensino de cartografia deveria começar por uma iniciação cartográfica nos primeiros anos da escolarização, constituindo-se em uma introdução à educação cartográfica que se desenvolveria ao longo dos demais níveis e modalidades de ensino, como parte da educação geográfica, já que esta é uma de suas principais linguagens.

(D) O domínio de qualquer linguagem envolve um simples processo de ensino e aprendizagem, por isso não exige dos professores uma sólida formação didática e pedagógica, o que facilita o ensino de Geografia por meio do uso da linguagem cartográfica, tanto para crianças quanto para jovens e adultos.

(E) Para uma alfabetização cartográfica, é nos anos iniciais do ensino básico que os conceitos cartográficos devem ser construídos com os alunos, pois nesse nível é desnecessária a formação docente e estes podem ensinar os conceitos geográficos e cartográficos mesmo sem dominarem suas técnicas e linguagens cartográficas.

4 "No ensino de Geografia, Pontuschka; Lufti (2007) ressaltam que o aluno da Educação de Jovens e Adultos é, na sua grande maioria, um trabalhador, cuja experiência de vida e atuação profissional não permitem o uso de metodologias infantilizadas que acabam por excluí-lo da escola [...]. Já Macia; Katuta (2005) colocam que as informações geográficas do aluno trabalhador devem ser consideradas como um material básico ou o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem".

(BORGES NETO, F. **A geografia escolar do aluno EJA**: caminhos para uma prática de ensino. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008).

Com base nessas premissas, é correto afirmar:

(A) Trazer a Geografia para a vida dos alunos é a pior forma de ensiná-la, pois os professores são obrigados a ficarem presos aos livros didáticos para poder ensinar os conceitos geográficos, daí os livros serem ainda hoje o sujeito central na sala de aula, em detrimento do processo de aprendizagem dos alunos.

(B) É necessário mostrar aos alunos (quando não o percebem) que estes fazem Geografia no seu dia a dia, no caminho para a escola, para o trabalho, para o lazer, ou seja, em suas diversas atividades diárias, portanto, são sujeitos no processo de produção do espaço geográfico, o que permite a eles compreender melhor a sua realidade.

(C) Fazer Geografia no dia a dia consiste em admitir o seu papel também essencialmente político, daí a importância de se fortalecer a ciência positivista e reducionista na escola, pois esta privilegia a observação, a localização, a classificação e a verificação dos fatos, tornando os alunos sujeitos do processo.

(D) A compreensão da realidade, via Geografia, exige outras habilidades e pontos de vista, uma vez que é desnecessário o exercício reflexivo sobre a importância das informações geográficas oriundas da vivência do aluno por parte do professor, pois são irrelevantes para a construção dos conceitos geográficos.

(E) Valorizar as lembranças e vivências, bem como a sabedoria dos alunos, estabelecendo analogias e ligações com a sua realidade, dificultam a aprendizagem, haja vista que estes permanecem com conhecimentos do senso comum, ao invés de se apropriarem de conceitos geográficos mais científicos e sistematizados.

5 "Nos últimos cinco anos, o surgimento de programas voltados ao mapeamento on-line acrescentou mais uma forma de expressão à cibercultura. Através de tecnologias que permitem aos internautas construir seus próprios mapas de diferentes maneiras, a sociedade em rede criou um novo modo de mapear o mundo, inventando, assim, a prática cartográfica da cultura digital".

(CANTO, T. S. do; ALMEIDA, R. D. de. Mapas feitos por não cartógrafos e a prática cartográfica no ciberespaço. IN: ALMEIDA, R. D. de. **Novos rumos da cartografia escolar:** currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011).

Acerca do uso de novas tecnologias no ensino de Geografia para crianças, jovens e adultos, é correto afirmar:

(A) O grande acervo de mapas e imagens de satélites disponíveis em diversos programas e *softwares,* que são atualizados periodicamente e podem também ser utilizados em dispositivos móveis como celulares, disponibiliza novos recursos de localização e visualização da superfície terrestre, o que permite uma maior exploração dos elementos espaciais e cartográficos e facilita o ensino e aprendizagem dos conceitos quando utilizados nas aulas de Geografia.

(B) Por meio das tecnologias de mapeamento on-line ficou mais difícil o trabalho com a cartografia, pois todos os programas e *softwares* são pagos e nem todas as escolas e alunos podem ter acesso a eles, o que impede a utilização didática desses recursos nas aulas de Geografia e as restringe ao uso de mapas defasados e sem correlação com o cotidiano dos alunos.

(C) O surgimento de tecnologias de mapeamento num ambiente como o ciberespaço traz para a cartografia novas possibilidades de representação do espaço, no entanto dificulta o ensino de Geografia, tendo em vista que os alunos passam a receber mapas produzidos por meio de programas e *softwares,* o que impede o desenvolvimento de habilidades e competências de orientação e localização espacial.

(D) Todos os mapas produzidos para a *web* são elaborados por cartógrafos que, aliados à existência de vários programas e *softwares,* têm propiciado aulas de Geografia mais dinâmicas, haja vista que qualquer internauta pode se apropriar deles e inserir conteúdos cartográficos que atendam às especificidades de conteúdos que estão sendo trabalhados nas aulas.

(E) Vários aplicativos têm se aproveitado da velocidade com que a internet é capaz de transmitir as informações para mapear os fatos e fenômenos geográficos ocorridos em tempo real, tornando as aulas de Geografia mais interessantes e dinâmicas, haja vista que os programas e *softwares* são de fácil manipulação e exigem pouco conhecimento e habilidades cartográficas para produzir esses mapas.

6 "No Brasil, muitas pessoas ainda associam mapas com suas 'experiências traumáticas' nas aulas de Geografia, as quais consistiam em decorar os nomes dos países, rios e montanhas e indicar suas posições com o dedo sem compreender os mapas como um recurso fantástico de comunicação e expressão".

(SEEMANN, J. Entre usos e abusos nos mapas da internet. IN: ALMEIDA, R. D. de. **Novos rumos da cartografia escolar:** currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011).

Essa situação tem mudado nos últimos anos devido ao fato de a cartografia escolar ter se tornado um dos temas mais debatidos acerca do ensino de Geografia. Quanto ao assunto, é correto afirmar:

(A) A leitura de mapas consiste num processo simples de fixação dos olhos nos elementos cartográficos que os constituem (título, legenda, escala, rosa dos ventos etc.), pois estes sempre seguem uma sequência linear (da esquerda para a direita), o que facilita a localização e a análise do espaço que foi representado.

(B) Ler um mapa exige um domínio aprofundado e detalhista dos elementos que nele estão representados, além dos elementos que o compõem: título, legenda, escala, rosa dos ventos etc., por isso é inadequado para se trabalhar com as crianças, pois elas são incapazes de descrever e interpretar as representações cartográficas.

(C) Os avanços tecnológicos têm propagado o uso de mapas digitais e animados, os quais propiciam uma viagem virtual pelo mundo e possibilitam aos alunos fazerem uma leitura mais dinâmica do espaço e se apropriarem mais facilmente da linguagem cartográfica trabalhada nas aulas de Geografia.

(D) Muitos livros didáticos continuam apresentando uma definição simplificada da cartografia, o que facilita o processo ensino-aprendizagem da leitura de mapas, pois permite a criação, leitura e interpretação precisa dos mapas, mesmo que os alunos tenham pouco domínio da linguagem cartográfica.

(E) Os atlas escolares, sejam eles impressos ou digitais, apresentam indistintamente representações cartográficas de espaços em diferentes escalas (ruas, bairros, cidades etc.) com diferentes grupos sociais, o que permite aos alunos uma leitura e interpretação mais crítica das informações geográficas contidas em cada mapa.

7 "No ensino, a atividade principal é a aprendizagem, cujo alvo é a construção do conhecimento. [...] Trata-se, assim, de buscar no ensino atividades que propiciem o desenvolvimento de instrumentais cognitivos nos alunos [...]. Para refletir sobre proposições metodológicas com vistas à construção de conceitos no ensino de Geografia, podem ser destacadas algumas ações e operações (mentais e físicas) necessárias para compor as atividades dos alunos".

(CAVALCANTE, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimento. Campinas - SP: Papirus, 1998).

No que diz respeito a essas proposições metodológicas, é correto afirmar:

(A) A paisagem, como dimensão aparente da realidade, constitui-se como objeto principal de observação nas aulas de Geografia, haja vista que apenas a observação direta do lugar de vivência do aluno fornece todos os elementos importantes para a construção do conhecimento referente à produção e à organização do espaço que ela está materializando.

(B) O estudo do espaço geográfico deve levar em conta os conhecimentos prévios do aluno, pois as experiências já vivenciadas aguçam a qualidade da observação e compreensão da organização socioespacial, ou seja, da geografia vivenciada cotidianamente na prática social dele.

(C) A construção dos conceitos de natureza e de sociedade deve ser trabalhada em Geografia de forma isolada e dissociada da prática vivida no cotidiano, para que o aluno se perceba sujeito do processo de produção do espaço e sua aprendizagem resulte em atitudes e convicções mais conscientes ante a questão ambiental.

(D) O conceito de lugar deve ser construído a partir da memorização dos elementos e objetos existentes nos bairros em que vive o aluno, porque desta forma ele conseguirá criar consciência de valores e atitudes necessárias à melhoria da qualidade de vida da sociedade que neles habita.

(E) O conceito de território deve ser trabalhado nas aulas de Geografia a partir da interação e cooperação entre os alunos para que eles compreendam que é o Estado que, a partir das relações de poder, transforma o espaço em território, cabendo aos demais agentes sociais obedecer às ordens vigentes.

8 "O ensino de Geografia para as séries iniciais não deve ter objetivos tão díspares dos demais níveis de ensino. No entanto, não podemos desconsiderar as características didático-metodológicas desse nível de escolaridade".

(STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004).

Com base nesse princípio, é correto afirmar que, no ensino de Geografia para as séries iniciais, deve-se

(A) trabalhar com o imediato concreto, obedecendo à rígida hierarquia escalar que parte sempre do espaço mais próximo de vivência do aluno: casa, escola, bairro e assim sucessivamente, pois partir da realidade deles facilita a compreensão de que o mundo é complexo, pois cada parcela do espaço explica-se por si mesma.

(B) partir do lugar de vivência dos alunos, estudado a partir da enumeração, classificação, descrição e memorização dos objetos e fenômenos geográficos que o constituem para que eles compreendam de forma mais significativa a organização do espaço geográfico.

(C) compreender que a realidade é linear, por isso é importante partir da maior para a menor parcela do espaço (mundo, continente, país, estado, município etc.) separadamente, para depois juntá-las, facilitando assim a compreensão do mundo.

(D) ter como ponto de partida o lugar de convivência dos alunos, compreendendo-o como uma realidade de múltiplas relações e observando de forma integrada todas as dimensões que compõem o modo de vida e o espaço que a cerca.

(E) entender que o mundo é a somatória de diversos espaços, tomados isoladamente, por isso basta explicá-los separadamente para que as crianças, de forma gradativa, possam ir construindo a noção do mundo enquanto uma totalidade.

9 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394-96, confirma, em seu novo artigo 26 § 4º, aquilo que estava prescrito na Constituição de 1988 em seu artigo 242, a saber, que o ensino da História do Brasil deve levar em conta "as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro", especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Contudo, vincular estas normativas ao ensino e aprendizagem de história para os alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental é sempre um desafio. São exemplos de possíveis ações afirmativas promovidas por docentes em sua prática de sala de aula para os alunos do Ensino Fundamental 1º ao 5º ano

(A) separar os alunos representantes de suas próprias etnias para promover jogos e brincadeiras de uma etnia contra a outra, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem práticos, de forma que cada qual perceba o que lhe compete e aponte a discriminação que é sentida de uma etnia contra a outra.

(B) propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança mútua e Interétnica, evitando-se exposições discriminatórias e constrangimentos.

(C) promover encontro com pais e familiares dos alunos da educação infantil, sobretudo os de origem étnica europeia, mostrando-lhes a importância de desenvolverem demonstrações de filantropia, e cuidados higiênicos com alunos e pais de crianças de etnias afrodescendentes e indígenas.

(D) recolher depoimentos e historicizar publicamente em sala de aula as relações familiares e sociais que demonstrariam aos alunos como teriam ocorrido as discriminações étnicas ao longo do tempo e da história do Brasil, ressaltando exemplos com imagens e vídeos discriminatórios e preconceituosos para todos os alunos.

(E) utilizar datas cívicas, como o dia do índio (19 de abril) ou o de Zumbi dos Palmares (20 de novembro), fazendo com que alunos oriundos destas etnias teatralizem personagens genéricos em situações discriminatórias e que demonstrem para os demais alunos os problemas étnicos e sociais de seus ascendentes.

10 O uso de diferentes fontes e documentos no Ensino Fundamental – e sobretudo nos dois anos iniciais – é tema de primeira grandeza, já que estes alunos aprendem de forma muito prática, visual, manual e tematicamente concreta a partir de sua realidade familiar e local. Neste sentido, segundo Circe Andrade, "o brinquedo propõe à criança um mundo do tamanho de sua compreensão".

(ANDRADE, Circe. Vamos dar meia volta e meia volta vamos dar: o brincar na creche. In OLIVEIRA, Zilma, *Educação infantil: muitos olhares.* São Paulo: Cortez, 1994).

Com base na compreensão de Circe Andrade sobre o uso de brinquedos para os alunos da Educação Infantil e dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, pode-se refletir que os "documentos brinquedos" para estes alunos devem ser especiais e adequados ao seu grau de compreensão e de abstração. No campo das ciências humanas, em especial na história, estes especiais "documentos brinquedos" devem estimular nos alunos o/a

(A) aprendizagem de conceitos globais, como os de cidadania e direitos humanos. Esta absorção de conceitos – ainda que abstratos – deve ser prioridade no ensino previsto para as séries iniciais e deve ser feito através de atividades "brinquedos", como criação de histórias em quadrinhos e de desenhos.

(B) capacidade de memorização, sobretudo de personagens históricos centrais e de datas comemorativas nacionais e regionais. Para a criança, essa memorização deve ser feita de forma lúdica e prática, com desenhos e pinturas destes personagens.

(C) desenvolvimento do conceito de tempo histórico, que – para as crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental – deve ser efetivado por meio de jogos lúdicos que incentivem a memorização de fatos e datas históricas e heróis pátrios nacionais, tais como jogos de memória, quebra-cabeças e de caça-palavras.

(D) ampliação de noções de tempo-espaço dos alunos como as de longe, perto, dentro, fora, atrás, na frente, cheio e vazio. Pode-se ampliá-las com atividades lúdicas que associem as temporalidades/espacialidades dos alunos com outros tempos/espaços e, concretamente, ensinar conceituações básicas do saber histórico.

(E) associação de personagens infantis conhecidos dos alunos dos primeiros anos da educação básica de forma a desenvolver nestes alunos as principais noções morais positivas e básicas, noções estas que possam fortalecer laços do seu modelo familiar e de sua classe social.

11 Em março de 2008, o MEC editou um documento base para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por ele, esta modalidade de ensino objetiva trabalhar com a diversidade étnica, social e cultural brasileira, somando esforços para promover um equilíbrio e intervenção nas profundas disparidades existentes em nossa realidade. Neste sentido, um currículo – concatenado com este documento base – tem como prioridade

(A) ser flexível e inclusivo, passando pela mediação entre a prática dos professores e os saberes dos discentes, legitimando um chamado "currículo praticado". Neste sentido, este currículo tende a ser amplo em saberes, diversificado em recursos e com materiais didáticos práticos, porém integrado ao que se definiu nas Bases curriculares normativas para a Educação Fundamental e para o Ensino Médio.

(B) promover uma educação mais resumida e simplificada, mas que utilize a parte central do conjunto normativo e legal presente nas Bases Nacionais para a Educação Nacional voltadas para os Ensinos Fundamental e Médio. Isto porque os alunos da EJA encontram-se fora da faixa etária do ensino regular e, tradicionalmente, não conseguem "alcançar" todos os conteúdos propostos para a Base Curricular do ensino regular.

(C) criar espaços diversificados e novos recursos didáticos para o ensino de alunos, os quais – por sua vida e horários específicos de trabalho e vida – não têm condições de cursar estudos em modalidades regulares e presenciais. Assim, o currículo da EJA deve privilegiar um currículo resumido e criado para mídias digitais e modernas, com o máximo de autonomia dos alunos e o mínimo de aulas presenciais.

(D) promover um currículo para cada faixa etária da EJA. Para alunos mais jovens, o currículo deve trabalhar a mesma realidade curricular do Ensino Fundamental e Médio atual, já para os mais velhos, deve utilizar padrões curriculares mais antigos, de forma que eles trabalhem com suas "realidades" etárias, sobretudo para aqueles alunos que já estudaram com currículos e práticas docentes anteriores.

(E) efetivar um currículo diversificado e que separe os alunos por suas capacidades cognitivas. Os mais "avançados" trabalham com os mesmos currículos presentes na Base Curricular Nacional, os demais farão outras atividades e terão o currículo simplificado, criado especialmente para os alunos da EJA, no qual a presença de letras maiores e muitas imagens são essenciais.

12 Em 2004, a ONU aprovou o Programa Mundial em *Educação para Direitos Humanos* (o PMEDH). Segundo a pesquisadora Celma Tavares, o Programa estabelece que o PMEDH deve "fortalecer o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; desenvolver plenamente a personalidade humana e o sentido da dignidade do ser humano; promover a compreensão, a tolerância e a igualdade; facilitar a participação efetiva de todos numa sociedade livre e democrática, na qual impere o Estado de Direito; fomentar e manter a paz e promover o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas e na justiça social".

(TAVARES, Celma. *Educar em direitos humanos, o desafio da formação de educadores numa perspectiva interdisciplinar*. Site do Memorial do Mercosul, 2010. http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/29_cap_3_artigo_07.pdf. Acessado em 02 08 2018).

As diretrizes para o bom funcionamento deste Programa para os Direitos Humanos estão – em larga medida – associadas a um trabalho docente de prática pedagógica interdisciplinar e multidimensional, sobretudo no Ensino Fundamental e na EJA. Neste campo, um professor do Ensino Superior que forma educadores tem o desafio de ensinar que a promoção de Direitos Humanos requer fundamentalmente a/o

(A) criação de um Programa específico e bem detalhado para os Direitos Humanos, que estimule o desenvolvimento de temas vinculados a estes direitos nas principais disciplinas das humanidades nos Ensinos Fundamental e Médio. Nele a peça-chave é a promoção de temáticas humanitárias que estejam presentes na montagem dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas das redes públicas de Ensino.

(B) ampliação dos estudos e pesquisas sobre o ensino dos direitos humanos entre os jovens educadores da Educação Superior. Estes estudos visam à melhoria do conjunto normativo de leis municipais, estaduais e federais no Brasil, de forma a tornar presentes em todas as disciplinas curriculares ligadas às Humanidades estes direitos fundamentais do homem.

(C) enfrentamento da concepção fragmentária e disciplinar normalmente hegemônica no mundo escolar. O educador para os Direitos Humanos deve promover uma concepção unitária e multidisciplinar do conhecimento destes direitos, com a realização de atividades integradoras de todas as disciplinas curriculares, dentro de um processo educativo plural e articulador dos saberes/práticas docentes/discentes.

(D) difusão de conteúdos específicos sobre Direitos Humanos em cada disciplina do campo das Ciências Humanas constantes nos programas e conteúdos curriculares presentes nas redes públicas e particulares de ensino na Educação Básica e EJA, estimulando que estes conteúdos sejam ampliados a cada ano, de forma organizada e crescente, de acordo com o grau de aprendizagem e maturidade de cada série.

(E) promoção de conteúdos sobre Direitos Humanos em atividades extracurriculares, de forma a atrair professores de todas as áreas e disciplinas e, assim, promover maior integração entre as escolas e os saberes discentes e docentes no campo dos direitos humanos. Este campo dos direitos humanos será paulatinamente integrado aos conteúdos curriculares das redes públicas e privadas.

13 Observe a charge seguinte e responda à questão proposta.



(Peritotti. Charge intitulada “Diferenças de gerações na Sociedade da Informação”.
Site da *Associação para a Promoção da Sociedade de Informação*.
http://portugal-si.blogspot.com/2011/07/diferencas-de-geracoes-na-sociedade-da.html. Acessado em 02 08 2018.)

A charge acima recupera uma conversa entre um filho e seu pai. Satiricamente, dois tempos (ou gerações) são comparados, para apresentar-se o problema do uso das tecnologias no campo da educação formal. Este problema é caro ao professor educador contemporâneo, o qual, cotidianamente, percebe a presença destas novas tecnologias amplia-se nas salas de aula em todos os níveis de ensino. Numa comparação entre o encaminhamento dado na charge e em outras possibilidades de usos tecnológicos em sala de aula, é correto afirmar que na charge compara-se a tecnologia contemporânea com a

(A) redução do conhecimento ou conteúdos aprendidos na sala de aula. No entanto, se o professor educador souber trabalhar estas novas tecnologias no espaço curricular, incorporando nele seus benefícios para que os alunos se interessem pelos conteúdos, estas novas tecnologias podem ser muito úteis para o processo de memorização de conhecimentos, objetivo principal do processo educacional contemporâneo.

(B) diminuição da capacidade intelectual e crítica dos alunos. Todavia, hoje é possível ao professor educador utilizar estes recursos tecnológicos contemporâneos de forma a melhorar esta capacidade. Para tanto, basta organizar seu uso em sala de aula e fazer isso nas séries finais do Ensino Fundamental, quando os alunos terão maturidade para o uso consciente destas novas tecnologias.

(C) supressão de conhecimentos vindos do campo da leitura e do raciocínio. Na charge o saber racional era dado às antigas gerações, cabendo às novas a repetição de conhecimentos do senso comum divulgadas pelas novas tecnologias. Contudo, estas inovações podem ser importantes, desde que delimitadas e utilizadas como acessórias e em atividades extraclasse, como pesquisas e trabalhos coletivos feitos em casa.

(D) diminuição do espaço do pensar em sala de aula, contudo esta tecnologia pode ter diferentes usos. De um lado pode ser um entrave – se ela disputar espaço e tempo com as técnicas e metodologias didaticamente pensadas e implementadas pelo professor; todavia, pode ser positiva, quando integrada como recursos didáticos em práticas educacionais fomentadoras de habilidades e competências facilitadoras deste ensino.

(E) redução da aprendizagem de conteúdo humano em detrimento da valorização de conteúdos inumanos, feitos por máquinas. Todavia, o professor, ao minimizar este efeito usando outros recursos didáticos que valorizem o conhecimento produzido e trabalhado por homens e mulheres, torna menos grave o uso de recursos tecnológicos em sala de aula.

14 O ato do falar e suas variações linguísticas e culturais foram, por muito tempo, tratados com repreensão e censura no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). São exemplos de usos de atos e variações linguísticas e culturais tratados de maneira positiva e inclusiva na sala de aula da EJA a

(A) aceitação de erros ortográficos e gramaticais na fala destes alunos, mas sua repreensão na linguagem escrita, mesmo que informal. Repreensão essa feita com correções grafadas ou negritadas para promover um modelo positivo de língua padrão correta, fixando os conhecimentos socialmente aceitos e os inaceitáveis.

(B) pesquisa e trabalho em grupo sobre as variações linguísticas e sotaques regionais brasileiros, objetivando debater questões-chaves na EJA, como a diversidade social, étnica e cultural, a tolerância linguística e o combate aos preconceitos aos atos de falar coloquial e popular.

(C) recuperação do ato de falar popular com uma pesquisa em literatura de cordel, objetivando distinguir esta fala da linguagem padrão e estabelecer entre as duas uma hierarquia normativa para que o aluno da EJA saiba qual é correta e qual não seria bom que se utilizasse mais.

(D) separação entre o ato de falar e o de escrever corretamente, com atividades teatrais representando as maneiras populares como distintivas de uma forma despadronizada e equivocada de se comunicar, já que esta forma não se faz compreensível nos espaços públicos e em sala de aula.

(E) discriminação entre o ato da fala com o da literatura de cordel, em que no primeiro caso não há estudos e saberes e no segundo há cultura popular e tradição cultural. Assim, o professor deve recriminar a primeira tipologia e elogiar a segunda.

15 Leia o trecho da reportagem que se segue e responda à questão proposta sobre as transformações e permanências nas trajetórias de grupos humanos e a prática docente no campo das humanidades.

"Manoel da Silva, conhecido como "Raizeiro Boa Sorte", é um especialista. Ele vende o óleo de andiroba, usado como anti-inflamatório e repelente de insetos. O de pau-rosa é utilizado tradicionalmente como perfume. Um dos mais vendidos é o óleo de copaíba, que "serve pra muitos tipos de doença", diz o especialista. Esse uso caseiro dos óleos da floresta é uma tradição que atravessou os séculos na Amazônia. Uma riqueza cultural, que permanece viva em toda a região. De uns anos para cá, muitos desses produtos começaram a conquistar também compradores maiores: são indústrias que utilizam os óleos como ingredientes para fabricação de perfumes, xampus, sabonetes, hidratantes".

("Ribeirinhos transformam riquezas da Amazônia de maneira sustentável". Globo Rural, 17 02 2013. Site http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/02/ribeirinhos-transformam-riquezas-da-amazonia-de-maneira-o sustentavel.html. Acessado em 01 08 2018).

O trecho acima aponta para duas direções: de um lado para os saberes populares e os usos tradicionais dos produtos amazônicos, de outro para as mudanças modernas e a chegada à região de indústrias que utilizam estes mesmos produtos. Neste cenário de mudanças e transformações na trajetória de grupos humanos na Amazônia, o professor, em sua prática pedagógica, deve valorizar os

(A) dois lados como opostos e irreconciliáveis: o lado das antigas tradições populares e seus saberes e, de outro, o mundo contemporâneo capitalista como sua maior ameaça. O professor deve estimular esta disputa, educando os alunos a disputar mercados na sociedade contemporânea, caracterizada como capitalista e competitiva em sua natureza transformadora e tecnológica.

(B) saberes populares em detrimento das práticas capitalistas contemporâneas. O professor deve perceber seu papel nas Ciências Humanas como "homem memória", preservando tradições esquecidas (ou em processo de destruição), fazendo, assim, parte de movimentos como os dos folcloristas, os preservacionistas de uma cultura popular que irá desaparecer diante das modernas práticas capitalistas.

(C) saberes contemporâneos e criativos dos alunos, estimulando-os a pertencerem à camada industrial e trabalhadora da sociedade e não às camadas tradicionalmente menos produtivas, como a dos artesões e trabalhadores menos criativos. O professor deve fazer os alunos perceberem que estes saberes tradicionais estariam com os dias contados e precisam, portanto, ser preservados em livros, documentários e filmes.

(D) saberes tradicionais, desde que delimitados em seus espaços pertinentes como o das áreas de reserva ambiental, onde estes saberes ficariam confinados e controlados, estando disponíveis para serem aprendidos e repassados. Para as demais áreas se liberariam as atividades industriais e extrativistas, de maneira a estimular a economia e o pleno desenvolvimento das forças produtivas e o combate ao desemprego e à pobreza, com geração de renda e prosperidade nacional.

(E) dois lados como parte de um problema social e cultural que envolve preservação de tradições culturais – sobretudo com criação de áreas de preservação e de reservas ambientais/culturais. E também perceber a necessidade de promover o desenvolvimento econômico/sustentável com menos impacto ambiental e valorização dos povos locais, que podem (e devem) fazer parte da economia dentro deste novo conceito.

16 Observe o trecho abaixo, que critica uma prática ainda presente em algumas salas de aula – a de "comemorar" o dia do índio fazendo com que alunos do ensino fundamental usem adereços atribuídos a genéricos "indígenas", e depois responda à questão proposta.

"Existe uma profunda diferença entre usar um cocar [indígena] em seu contexto original e fazê-lo na cidade, apenas como prática recreativa ou alegórica. Manuela Carneiro da Cunha salienta que os grupos possuem um traço cultural que os distingue e toma o exemplo do cocar para exemplificar tal afirmação. Para a autora, usar um cocar [de uma etnia indígena específica como a] pariko em um ritual bororo é uma coisa, usá-lo em uma coletiva de imprensa para reivindicar seus direitos indígenas na Assembleia Constituinte é outra. Mas, como objeto, o cocar é o mesmo, e é essa mesmice do objeto que nos induz ao erro"

(ALVES, Adriana. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. *Revista Espaço Acadêmico*. Maio 2015. Site http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/27671/14612. Acessado em 2/08/2018).

Se a normatização legal brasileira (Lei 11.645/08) é específica e categórica, ressaltando que a inserção do elemento indígena na discussão em sala de aula dos ensinos Fundamental e na EJA deve contemplar "as contribuições desse elemento para a formação da sociedade brasileira", na prática ainda existem problemas nesta "inserção". Partindo da lei e com o uso da crítica feita no exemplo acima, é correto afirmar que o professor – para promover a diversidade étnica racial em sua prática – deve interpretar o exemplo acima entendendo que ali existe um debate entre uma prática

(A) comum e de recreio entre os indígenas contemporâneos e aquela mais séria de povos indígenas específicos, como no exemplo da etnia "pariko em um ritual bororo". O professor deve estimular pesquisas mais sérias e menos recreativas, fazendo os alunos entenderem que somente se configuram povos indígenas no Brasil as denominações que têm a "sofisticação cultural" e mantêm suficiente preservação étnica, como a dos pariko.

(B) alegórica e comum entre povos indígenas mais miscigenados no mundo contemporâneo e aquela séria e preservadora vinda de povos das florestas e matas ainda preservadas, como – no exemplo – o povo pariko. O professor deve estimular pesquisas e estudos sobre os povos mais tradicionais, deixando em segundo plano a ideia de estudar etnias mais misturadas e com uma cultura menos pura ou preservada.

(C) alegórica ou carnavalesca, que percebe os indígenas como em um desfile perante os chamados "homens brancos", e aquela que analisa – de forma séria e formal – a cultura dos principais povos indígenas brasileiros. O professor deve diminuir o uso da cultura indígena "*fake*" na sala de aula, estimulando os alunos a usarem os adereços indígenas com cuidado e seriedade sobretudo em datas comemorativas como a do dia do índio.

(D) alegórica e simbólica da cultura indígena e outra mais séria e formal, que estimule nos alunos o conhecimento étnico em sua diversidade por meio de atividades concretas, como o uso de adereços originais tais quais os dos índios pariko e não cocares e outros símbolos feitos pelos próprios alunos e professores.

(E) "recreativa ou alegórica" da cultura indígena e outra mais contextualizada e contrária aos estereótipos. O professor deve estimular a leitura, – um dos fundamentos do trabalho pedagógico – junto aos alunos do Ensino Fundamental. Os alunos devem compreender o universo simbólico indígena, percebendo as diferenças e semelhanças em suas práticas culturais e as condições de diversidade dos indígenas.

17 A Lei nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas nas escolas brasileiras; o Parecer do CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas brasileiras, posteriormente à promulgação da LDB, Lei 9.394/96. Com base nesses dispositivos, avalie as afirmativas a seguir.

I A política educacional para as relações ético-raciais é um projeto governamental, protagonizado pelo Ministério da Educação (MEC), que se tornou possível, especialmente, em decorrência da obrigatoriedade da inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica na LDB, Lei 9.394/96.

II O Parecer CNE/CP nº 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, defende que qualificar e capacitar professores e demais profissionais da educação para identificar e superar as manifestações de preconceitos, racismos e discriminações no contexto escolar é uma ação prioritária para garantir o direito de negros e negras e de todos os cidadãos brasileiros a uma educação democrática, inclusiva e equânime.

III A Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, constitui-se em orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam em todos os níveis e modalidades da educação brasileira.

IV O Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (MEC, 2009) é um documento pedagógico que objetiva orientar a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas dos sistemas públicos de ensino, por ser aí que o preconceito, o racismo e a discriminação estão mais fortemente enraizados, precisando ser enfrentados com ações afirmativas.

V O estabelecimento de uma política educacional para as relações étnico-raciais no Brasil na contemporaneidade não é resultante apenas do protagonismo governamental, mas pode-se considerar que o ordenamento jurídico sobre a matéria foi determinante para garantir ações afirmativas de enfrentamento ao preconceito, ao racismo e à discriminação nas instituições de ensino.

Estão corretas

(A) I, II e III, apenas.
(B) I, III e V, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) II, III e V, apenas.
(E) III, IV e V, apenas.

18 De acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, homologada em dezembro de 2017, o ensino da área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental deve garantir aos alunos o desenvolvimento de algumas competências específicas. Não está entre as competências listadas na BNCC:

(A) Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
(B) Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significados, prioritariamente, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante delas.
(C) Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.
(D) Comparar eventos ocorridos simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
(E) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

19 A aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos e também estimula a capacidade de empregar o raciocínio geográfico para pensar e resolver problemas gerados na vida cotidiana, condição fundamental para o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC. Sobre o Ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, analise as afirmativas seguinte.

I A grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica é desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação. Desta maneira, o conceito de espaço é inseparável do conceito de tempo e ambos precisam ser pensados articuladamente.

II Quanto ao ensino de Geografia, a BNCC recomenda que é preciso dar ênfase à aprendizagem baseada na descrição de informações e fatos do dia a dia, cujo significado pode servir de base para melhor compreender o contexto imediato da vida dos sujeitos, aspecto fundamental de um ensino contextualizado.

III É importante que o ensino de Geografia na faixa etária associada aos anos iniciais do Ensino Fundamental desenvolva a capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes, assim os alunos poderão desenvolver a percepção e o domínio do espaço de forma articulada com um processo mais amplo de alfabetização e letramento interdisciplinar.

IV Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. Suas aprendizagens a respeito do espaço geográfico se dão, portanto, independentemente de outros conceitos desenvolvidos nas demais áreas de conhecimento, visto que o conceito de espaço é uma especificidade da Geografia.

V Espaço é o mais amplo e complexo conceito da Geografia; para a aprendizagem deste conceito, é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressam aspectos diferentes do espaço geográfico, tais como território, lugar, região, natureza e paisagem.

Estão corretas

(A) I, II e III, apenas.
(B) I, III e IV, apenas.
(C) I, IV e V, apenas.
(D) I, III e V, apenas.
(E) III, IV e V, apenas.

20 A Respeito da formação de professores e o ensino de Ciências Humanas nos anos iniciais do Ensino fundamental, julgue as afirmativas a seguir.

I Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Artes, Literatura e História brasileiras.

II A política de formação inicial e continuada de professores, juntamente com a política de materiais didáticos e paradidáticos constituem-se ações prioritárias para que o ensino de Ciências Humanas supere visões eurocêntricas e valorize abordagens centradas no respeito às diferenças, na promoção dos direitos humanos, na valorização da diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional como elementos fundamentais de uma nova concepção e prática curriculares na educação básica.

III Ao professor, tendo a memória e a história como perspectiva, cabe o ofício de transmitir aos seus alunos o que pode ser considerado como um fato histórico, o que é relevante para um entendimento do processo histórico de reconstrução da memória que se registra nos livros e outros documentos e orienta a agenda educacional na contemporaneidade no que tange à renovação do ensino de História.

IV Ao selecionar conteúdos referentes à cultura afro-brasileira, o professor deve abordar o tema a partir de aspectos relativos aos costumes, alimentação, vestimenta ou rituais festivos das populações africanas e afrodescendentes, devendo escolher o dia da Consciência Negra como data privilegiada para a culminância das atividades de ensino. Este procedimento objetiva enfatizar as contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, intelectuais, experiências, estratégias e valores dessas populações na formação do povo brasileiro.

V Segundo a BNCC, identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise são processos que estimulam a construção de um pensamento histórico. Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento, a criticidade e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas.

Estão corretas

(A) I, II e III, apenas.
(B) I, III e IV, apenas.
(C) I, II e V, apenas.
(D) III, IV e V, apenas.
(E) II, IV e V, apenas.